

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

A VILA E O CORONEL: MEMÓRIA E PODER LOCAL NA VILA DE CABEÇAS – 1BAHIA (1920-1962)

Luis Carlos Borges da Silva¹

RESUMO: O presente artigo, busca fazer uma análise acerca dos aspectos relacionados à história da Vila de Cabeças, a qual pertencia ao município de Muritiba, levando em consideração o seu apogeu econômico entre as décadas de 1930 a 1960, muito em função do beneficiamento de tabaco nos armazéns instalados na sede da mesma, conseqüentemente a sua transformação em cidade de Governador Mangabeira em 14 de março de 1962, nome escolhido para homenagear o ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira (1886-1960). Também, entender os fatores que contribuíram para a emancipação política da Vila, dentre os quais se destacaram: a pressão da elite política local, o crescimento econômico e populacional, anseio popular e as mudanças no cenário político baiano, ainda refletir em relação ao contexto histórico dessa emancipação e os atores sociais e políticos envolvidos nela. Paralelamente a essa análise, existe uma busca pela compreensão da importância política, social e econômica do coronel João Altino da Fonseca para a Vila, o qual foi considerado um dos homens mais ricos da região do Recôncavo baiano nesse período, pois além de fazendeiro possuía um armazém de beneficiamento de fumo produzido na região, chegando a exportar por ano 50 mil arrobas do produto para Europa e empregando mais de 100 pessoas no seu estabelecimento. Essa análise se fundamenta nas concepções historiográficas de Poder e História Local, com contribuições de elementos vinculados ao imaginário e representação popular, principalmente aquelas inseridas nas perspectivas oriundas da Nova História, fruto dos debates da Escola dos Anales, utilizando como parâmetros metodológicos as relações entre Memória e História Oral, especialmente através de entrevistas com pessoas que viverem o momento histórico em tela, além de recorrer a outras fontes como jornais, livros de atas de Câmaras de Vereadores, cartas, fotografias e livros de memorialistas. A narrativa histórica em foco, possibilitou a construção de diversas conclusões acerca dos aspectos econômicos, políticos e culturais presentes ao longo da história da Vila de Cabeças, e posteriormente a sua liberdade política para município de Governador Mangabeira, sobretudo a importância do beneficiamento de tabaco e os símbolos de poder, os saberes, as práticas discursivas e as concepções ideológicas presentes nesse momento histórico.

Palavras-chave – Recôncavo, Poder Local e Coronelismo

¹- Licenciado em História pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), especialista em História Regional pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena pela FAMAM (Faculdade Maria Milza) e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), professor do Colégio Estadual Professor Edgard Santos – Governador Mangabeira – BA e da Escola São Luis – Muritiba- BA, e-mail: borgeslc@hotmail.com.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM BREVE PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL

As produções historiográficas acerca do Recôncavo Fumageiro, ainda são mínimas, principalmente no sentido de tentar entendê-lo como um espaço construído historicamente a partir de uma fisionomia própria, não apenas vinculado à tradicional concepção de Recôncavo Açucareiro, pois por volta do século XVI, “o cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragogipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo”. (SCHWARTZ, 1999, p. 85)

Do ponto de vista do espaço físico, a historiadora baiana Elizabete Rodrigues da Silva, assim definiu o Recôncavo Fumageiro:

(...) esta região estendia-se de Maragogipe a Santo Antonio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga BA 02. Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado o rio a cidade de São Félix e subindo a escarpa da falha, chega-se a cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962). (SILVA, 2001, p. 18)

Foi exatamente neste espaço que a partir do século XVI, teve início a produção de tabaco no Brasil, fenômeno que se registrou em função de aspectos climáticos e pela qualidade do solo, mas que propiciou lucros elevados para a coroa portuguesa. Neste contexto geográfico de produção, já se encontrava a área da Vila de Cabeças. Isso pode ser observado em um dos trechos do Livro Segredos Interno do historiador Stuart Schwartz, quando ele cita a Paróquia de São Pedro de Muritiba, pois antes de se transformar em cidade, a Vila de Cabeças era controlada pela administração da referida Paróquia:

(...) apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo. Os solos de areias eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizariam mais tarde as paróquias de Água Fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte de Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII. (SCHWARTZ, 1999, p. 84)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Nesse contexto de produção e beneficiamento do tabaco, apreço com um elevado grau de significância os armazéns de fumo da Vila de Cabeças, a partir da década de 1920, em especial o do coronel João Altino da Fonseca, um dos primeiros trapicheiros da vila, que também exportava fumo para a Alemanha, como afirmava o Senhor Efraim Fonseca (2003): “Ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. Por ano ele mandava mais de 50.000 arrobas de fumo para os estrangeiros”.

Esse tipo de atividade fez com que a Vila atingisse um grau de desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 1920 a 1950, levando ao surgimento de novos armazéns e de comércios de bebidas, alimentos e tecidos. Este crescimento foi tão evidente que o memorialista muritibano, Anfilofio de Castro, já na década de 1940, assim descreveu a Vila: “Cabeças, dá-lhe vida o seu comércio de fumo, de grande vulto, e o de portas abertas, com armazéns de secos e molhadas, padaria, farmácia e lojas de fazenda. Tem agência postal e três escolas de ensino primário”. (CASTRO, 1941, p. 41)

Outro aspecto a ser considerado como relevante no contexto da história socioeconômica do Recôncavo Fumageiro, é a presença do tipo humano do Tropeiro. Este era o responsável em abastecer a região com mercadorias oriundas de outros centros comerciais, bem como, transportar em lombo de animais para o porto da cidade de Cachoeira os fardos de tabaco beneficiados em locais como Cabeças e Muritiba, onde eram exportados para a Europa. Um burro chegava a transportar dois fardos de fumo de 75 quilos.

Os tropeiros tiveram sua origem no Brasil Colônia, em função das dificuldades para transportar mercadorias de uma região para outra, mais especificamente com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, a partir do século XVIII, posteriormente se espalhou por outras regiões do país, inclusive o Recôncavo Baiano.

Dentro dessa concepção da origem dos tropeiros, vale ressaltar que vários historiadores, escreveram acerca da ligação desses homens com o Recôncavo Fumageiro, a partir de uma estrada que ligava a região das Minas Gerais a cidade de Cachoeira, sendo que por ela, que os tropeiros passavam, às vezes estabelecendo pousadas em fazendas da região, contribuindo mais tarde para o povoamento do Recôncavo Fumageiro. Dentre essas povoações aparece a da Vila de Cabeças. Tanto é que alguns memorialistas associam este nome a uma chacina feita a tropeiros, fato que analisaremos no próximo item. Sobre a referida estrada, o cronista Luis Vilhena, assim a descreveu:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

Saem da vila da Cachoeira diferentes estradas, o que concorre muito para fazê-la famosa, pois que todas as minas e sertões se vêm dar àquele porto. A estrada que sai por São Pedro da Muritiba estende-se até Minas Novas, Rio de Contas, Serro Frio e todas as Minas Gerais, até que circulando vai sair ao Rio de Janeiro (VILHENA, 1969, p. 483)

Fica claro, que o Recôncavo fumageiro, tinha sua identidade econômica e social. A produção de fumo fez com que esta região alcançasse destaque internacional. Na mentalidade dos seus moradores estavam impregnados os sonhos de riqueza a partir das folhas desta planta. É neste contexto geohistórico que a Vila de Cabeças ganhou destaque, principalmente pela efervescência econômica que gerava a produção e beneficiamento do tabaco, a ponto de nela residir um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, o coronel João Altino da Fonseca. A fisionomia da vila aspirava o cheiro do tabaco, o vai e vem das pessoas se confundia com fardos de fumo, os cantos e danças que se concretizavam tinham o verde do fumo, enfim, até as obras públicas eram realizadas pelo impulso da “jóia do Recôncavo” – o tabaco.

ORIGEM DO NOME CABEÇAS

É nesse contexto de produção de tabaco e do desenvolvimento do tropeirismo, que nasceu em 1881, pela lei provincial número 2149, o Distrito de Paz das Cabeças, pertencente ao município de Cachoeira, mas a partir de 1889, Cabeças passou a pertencer a São Félix, já em 1919, com a transformação de Muritiba em cidade, o Distrito de Cabeças integra o território desta cidade, permanecendo nesta condição até 1962, quando alcançou sua emancipação política.

A origem do nome Cabeças está muito vinculada ao imaginário popular, possuindo versões diferentes nas reminiscências dos seus habitantes, ou por que não dizer, uma espécie de “invenção de tradição”, que levou vários anos para ser modificada, mas usando argumentos do historiador inglês Hric Hobsbawn, deve-se considerar que:

A invenção de tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, característico por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos símbolos e rituais são criados. (HOBSBAWN, 1997, p.12)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

Fundamentado nesse referencial de Hobsbawn, evidencia-se a primeira concepção acerca da questão discutida. Esta nasceu de um memorialista erradicado em Cabeças, o senhor Antonio Pereira da Mota Júnior, quando afirmava que:

Era a época das chacinas por encomendas! Ai mesmo, ao lado, no leito da via pública, jaziam os corpos decapitados. O trecho, local, não tinha, até então, segundo parece, nenhuma denominação, visto que, o escabroso acontecimento figurara aos olhares assustados dos transeuntes às pontas das estacas dando o nome daqueles cofres de pensamento, ali trancados para eternidade, pelo chumbo quente, como legado, até o dia 14 de março de 1962. (MOTA JÚNIOR, 1962, p. 02)

Outra abordagem para a origem do nome Cabeças foi elaborada pela professora e memorialista Angelita Gesteira Fonseca, que assim como Antonio Mota, condicionou sua narrativa a elementos sanguinários:

em ocasião, em determinado ponto da estrada dos portugueses, foram encontradas três cabeças humanas, enfiadas em estacas. Tudo indica que as três cabeças eram de portugueses, bandeirantes – talvez até de jesuítas, quem sabe? – ali colocadas por índios. Ficou aquele lugar chamado pelos transeuntes de Cabeças, o que faz crer que ali era uma estrada de bandeirantes e até pousada de jesuítas, e era uma estrada mater. (FONSECA, 2000, p. 33)

Diferente das duas versões anteriores aparece a do senhor Sebastião Pereira Santos. Com seus 106 anos de idade, ainda muito lúcido, nascido no próprio distrito de Cabeças, ele menciona o seguinte argumento para a origem do nome Cabeças:

o povo naquela época pegou esse nome de Cabeças, foi de um caso que apareceu ladrões de cavalo do sertão, que fizeram rolo pelos animais e pousaram na Beira da Barragem antigamente, e tinha uma Mata Pomonar, que era a Mata da Catuaba, eles pousaram na Mata, vieram os cangaceiros em procura deles, encontraram, ai mataram os ladrões e trouxeram as três cabeças e enfiaram em pontas de estacas. Foram embora e deixaram as Cabeças ai, então ficou o nome Cabeças. (PEREIRA, Santos Sebastião, 2003).

Na verdade, o nome Cabeças é fruto de uma invenção de tradição, pois até hoje não se conseguiu evidenciar o verdadeiro sentido do mesmo. Claro, que as versões citadas neste trabalho, caminham pela ótica das chacinas, mas não possuem argumentos sólidos que justifiquem tal ideia. Também, não se devem menosprezar os argumentos econômicos apresentados nas citadas justificativas. Não seria lógico, fechar questão acerca deste fato, pois as ideias mencionadas têm seu valor e não estão desvinculadas de conotações históricas, bem como, a noção de memória deve ser respeitada na construção de uma narrativa histórica, não como algo estanque, mas que está sendo sempre reconstruído de forma coletiva ou individual.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

O CORONEL JOÃO ALTINO DA FONSECA

O coronelismo obteve seu apogeu durante a República Velha, principalmente na política dos Governadores elaborada pelo presidente Campo Sales. Esta ascensão se consolidou muito em função da política de favores, que teve no voto de cabresto sua maior expressão de controle das camadas populares mais subalternas. Tratava-se de um sistema viciado: o voto não era secreto e o partido no poder controlava as eleições. Nesse esquema, a pessoa tinha que votar em determinado candidato, pois podia sofrer sérias represálias caso se negasse. Acerca desse conceito do coronelismo a historiadora Maria de Lourdes Janotti, assinalou:

De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. O coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidade de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas. (JANOTTI, 1992, p. 7)

Nascido em 1883 no povoado das Cabeças, naquela época cidade de Cachoeira, filho de Aprígio Cândido Fonseca e Maria das Neves da Fonseca, João Altino da Fonseca, era o mais novo dos dez irmãos. Casou-se em 1903 com Clementina Gesteira Brandão. O casal não teve filhos, mas contribuiu para a educação de vários sobrinhos e sobrinhas, uma delas foi Angelita Gesteira, que estudou no colégio interno Sagrado Coração de Jesus, em Salvador e mais tarde se tornou professora na Vila de Cabeças, bem como, do sobrinho Carlindo Fonseca, que veio de Salvador para administrar os negócios do tio.

Aproximadamente em 1910, João Altino, passou a desenvolver a atividade de comerciante de tabaco, possuindo um dos armazéns mais famosos da região do Recôncavo. Sua empresa – João Altino Exportadora de Fumo fazia o beneficiamento e exportava para Alemanha anualmente mais de 50 mil arrobas do produto. O fumo que ele exportava era bom e registrou uma marca que ganhou conceito internacional: Clementina. Possuía um contingente de mais de 100 empregados, tanto do sexo masculino como feminino. Os lucros com a exportação de fumo, o transformou em um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, como cita o memorialista Efraim Fonseca Nunes:

ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. (...) Ele montou a firma dele, vendia direto e negociava direto. Agora, ele era

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

homem de poucas letras, mais ele tinha cabeça comercial muito grande. Tornou-se o homem mais rico do vale do Paraguaçu. (FONSECA, Efraim Nunes, 2003)

Esta riqueza era de impressionar qualquer bem sucedido industrial da mais evoluída cidade brasileira daquela época. Um dos seus sobrinhos, Israel Nunes, usando do instrumento eficaz da memória, através de uma carta ao seu irmão Efarim Fonseca, assim definiu o patrimônio do coronel João Altino:

João Fonseca era rico mesmo. Tinha um chalet em Cabeças, uma fazenda por nome Canta Galo, duas fazendas de pecuária: Brioso e Lagoa Pequena, nas margens do rio Paraguaçu, outra fazenda perto de São Félix, uma casa na Rua da Independência n.º 7, depois outra na mesma rua n.º 5, 1 casa em Itapagipe – Salvador, todas estas casas com tudo que precisava para morar. (NUNES, Israel, 2002)

Por volta de 1940, João Altino passou a residir em Salvador, como forma de estar mais próximo dos contatos comerciais, porém não abandonou Cabeças, sempre que podia vinha repousar na sua fazenda Canta Galo ou no seu pomposo chalé no centro da Vila. Instalou um telefone na sede de sua empresa para fazer contato principalmente com Salvador. “O telefone era um daqueles à manivela. Ele montou um posto no Distrito de Cabeças e eu fui a primeira telefonista. Minha função era dar e receber recados e atender telefonemas e chamar pessoas que iriam receber as ligações”. (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003).

Com um poder econômico elevado, João Altino desfrutou das mais significativas regalias permitidas a um homem de sua classe social. “Gostava muito de passear. Conhecia o mundo inteiro, Alemanha, França”, (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003). Apaixonou-se por Paris, várias vezes esteve por lá com sua mulher e seu interprete. Também visitava constantemente o Rio de Janeiro, cidade que ainda nessa época sustentava traços da Belle Époque francesa.

Depois de uma permanência de 3 meses no Rio de Janeiro, onde foram gozar das águas Le Caxambu, regressaram a esta cidade, chegando no dia 30 passado, o coronel João Altino da Fonseca, conceituado capitalista da nossa Praça e sua consorte e Exm.^a Sra.^a D. Clementina Gesteira Fonseca. (JORNAL A DEFESA, Nº 09, 1929)

Em uma dessas viagens para a França, por volta de 1937, ele trouxe para a vila um carro novo, um Chevrolet BUIE OVERLAND. “O automóvel chegou ao porto de Cachoeira, embalado em uma caixa de madeira e depois de muito trabalho de força, os homens conseguiram colocá-lo em terra firme. Todos tomaram um susto, quando viram aquele carro sair da caixa de madeira”. (NUNES, Efraim Fonseca, 2003). Mas, um problema enfrentado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

por Fonseca, foi à falta de uma estrada que ligasse sua fazenda Canta Galo ao centro da Vila. De imediato ele mandou que fosse construída essa estrada. Além do carro, importou da Alemanha um piano para sua esposa tocar. As suas casas possuíam geralmente mobílias importadas da Europa, fato comprovado na carta do senhor Israel Nunes:

(...) Este chalé era a casa mais bonita e bem mobiliada da Vila. Tinha até tapetes persas. (...) Comprou, também uma casa em Itapagipe para fim de semana e descanso da vida de cidade agitada, nesta casa de veraneio tinha tudo que era necessário para chegar e usar – mobílias italianas, serviço de som chinês, cristais da Alemanha. (NUNES, Israel, 2002)

Neste aspecto percebem-se os símbolos criados pelos coronéis para manter suas estruturas de poder. O carro, o piano, as mobílias, além do sentido de civilização, aparecem como um elemento de dominação e de demonstração de superioridade entre o coronel e seus dominados. A produção de um imaginário de poder, representações elaboradas para sustento de um status. A verdadeira materialização de normas de controle, não a base do castigo, mas pelo requinte de objetos suntuosos, evidenciando dessa forma, uma nova concepção historiográfica acerca do poder, assim mencionada pelo historiador Francisco Falcon:

(...) poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico. O estudo da política vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas ao poder. (FALCON, 1997, p. 76)

Entretanto, a visão de modernidade de Altino, não se resumia apenas aos bens materiais. Ele, também enquadrou o espaço da Vila neste “processo civilizador”, quando na década de 1940 custeou a instalação de energia elétrica:

Quando ele João Fonseca, passou pela estrada percebeu que Cabeças estava fora do traçado: mandou parar o traçado e se dirigiu para Cachoeira, procurou o Dr. Gastão, que disse: para passar por Cabeças tem um acréscimo de tantos postes e tantos metros de fio elétrico. João Fonseca mandou fazer os cálculos e custos, contanto que Cabeças tivesse luz elétrica. O orçamento custava 49 mil reis, João Fonseca imediatamente pegou o talão de cheque e preencheu 50 mil reis. O Dr. Gastão disse que era 49, ele respondeu que tudo estava bem e foi acompanhado por um funcionário da Cia para dizer a empreiteira que fizesse a nova marcação passando a luz por Cabeças e foi feito, e tivemos a luz elétrica. (NUNES, Israel, 2002)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

Essa visão do moderno, também esteve presente em suas relações com a Igreja Católica. A Vila não possuía um templo de boa visão estética, ele financiou parte da construção de outro com uma arquitetura mais avançada. Havia uma preocupação de civilizar o espaço do sagrado, incorporando novas formas, símbolos e aparências. Esta argumentação pode ser elucidada através de um dos trechos do livro da professora Angelita Gesteira:

(...) de certa ocasião, João Altino da Fonseca, bem novo ainda, liderou um movimento para desmanchar aquela pequena capela e construir uma Igreja nova, maior e melhor. O povo se animou e confiou no apoio financeiro de João Altino e de sua esposa Clementina. Todos os habitantes do arraial se empenharam no trabalho. (...) Na construção da Igreja as maiores despesas eram de João Altino. Depois da Igreja pronta, João Altino ofereceu um órgão. (GESTEIRA, 2000, pp. 52-53)

Outro aspecto relevante atribuído ao coronel Fonseca, era o controle social da Vila. Tinha um grande contingente de pessoas sobre sua tutela. Exercia a verdadeira política dos favores, dando alimentos, roupas, remédios e até financiamento de funerais. Isso fazia com que o povo tivesse uma visão de bondade dele, pois era fundamental assistir os anseios da massa de excluídos, como forma de mantê-la sempre submissa. Esta relação de Altino com o povo, ainda está viva nas reminiscências da memória de alguns dos nossos depoentes:

Quando João Fonseca estava na Vila era motivo de festa no arraial, chegava pelo anoitecer e pela manhã sua casa já estava cheia de gente... Nos fins de ano, João Altino, costumava matar um boi do seu rebanho, podia ser o maior boi e o mais caro que tivesse, ele mandava matar para distribuir com seus conterrâneos mais necessitados... Quando ele vinha de Salvador, ele já trazia cobertor, capote, corte de pano, pra dar a essas pessoas. (BARBOSA, Rosália Pereira, 2003)

Mesmo após a sua morte em 1957, o seu poder continuou a influenciar a vida na Vila, pois a família Fonseca, permaneceu com forte prestígio social e econômico. Basta lembrar que a padaria pertencia a Osvaldo Fonseca, a farmácia a Aurélio Fonseca e uma fábrica de charutos a Iaiá Fonseca, sem esquecer que das grandes extensões de terras, como é o caso de várias partes da atual cidade de Governador Mangabeira, pertenciam aos Fonseca, entre elas destacam-se a Praça Castro Alves e a Rua Wilson Falcão.

Portanto, este homem mostrou-se como alguém a frente do seu tempo, mesmo não sendo um letrado, mas por interesses econômicos ou não, tentou impulsionar o desenvolvimento da Vila através de várias ações citadas anteriormente, e que com certeza contribuíram para que em 1962, acontecesse a tão sonhada emancipação política de Cabeças,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

que passou a ser chamada de município de Governador Mangabeira, em homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira, sonho que Altino, não viu se concretizar.

A TRANSFORMAÇÃO DA VILA EM CIDADE

O beneficiamento do tabaco transformou a Vila de Cabeças em um centro urbano de prestígio no Recôncavo baiano. Em 1950 a população da Vila era de 819 habitantes, residindo em mais de 300 domicílios. Essa população sobrevivia principalmente do trabalho nos armazéns de fumo, com destaque para os da família Fonseca, que empregavam em média mais de 200 pessoas. O escritor Anfilofio de Castro, em 1941, já descrevia esta situação, mencionando os armazéns de Muritiba e da Vila de Cabeças:

Estes estabelecimentos adquirem, em grande quantidade, os melhores fumos, a que submetem a rigorosa escolha, enfardando a “mata” chamada, e armazenando-a para ser utilizada após de completar a cura, vendendo o de mais... Os armazéns beneficiadores trabalham, em geral com duzentas mil arrobas, ocupando nas suas necessidades mais de seiscentos operários, vencendo de quatro a cinco mil réis diários cada um. (CASTRO, 1941, p. 108)

Além dos armazéns de fumo, existiam vários estabelecimentos de seco e molhado, com destaque para os de Manoel Pedro Nunes e de Malaquias Ferreira. Na área de tecidos e bens domésticos o destaque era para a Loja do Povo de Antonio Cerqueira (Toninho da Loja):

Pepedro pedia por mês 100 barricas de bacalhau de 1e 2 quilos, mim lembro como hoje: 3 contos de reis o quilo... Eu matava em um dia comum 60 arrobas de boi e no dia de festa, principalmente Natal e São João, eu matava 80 arrobas, quando era 4 horas da tarde não tinha mais nenhuma... Em tecidos era Toninho que comandava essa região toda: de Cabaceiras, São José, Jordão, todo mundo comprava na mão dele. (FERREIRA, Malaquias de Cerqueira, 2003)

Em função deste desenvolvimento econômico em 1959, o governo do Estado decidiu pelo funcionamento da coletoria de impostos na própria Vila, uma vez que esta funcionava em Muritiba e comandava os distritos de Timbora, São José e Cabaceiras. Esse fato foi um passo decisivo para a emancipação política, pois a Vila conseguiu significativa autonomia fiscal, uma vez que os impostos não precisavam ser mais gerados e pagos em Muritiba, além do chefe da coletoria, o senhor Agnaldo Viana Pereira, ter se transformado em um dos principais articuladores da ideia de liberdade política da Vila, tanto que venceu a primeira eleição para Prefeito.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

Associado a este aspecto, teve igual importância à conjuntura política local da época, principalmente aquela ligada aos Vereadores: Antonio Pereira da Mota Junior, Malaquias Cerqueira Ferreira e Manoel Machado Pedreira, representantes da Vila na Câmara de Muritiba, que a partir de 1960 encabeçaram uma forte campanha para a emancipação política da Vila de Cabeças. Os debates foram intensos, até que em 24 de agosto de 1961, em uma sessão extraordinária foi aprovado o projeto de emancipação de autoria dos citados Vereadores, que durante a reunião fizeram empolgantes pronunciamentos, transcritos no livro de Ata da Câmara de Vereadores de Muritiba:

(...) Franqueada a palavra usou-a o edil Malaquias de Cerqueira Ferreira, que disse confiar aos seus nobres colegas o seu apoio unânime a tão justa aspiração de um povo que luta pela sua independência. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Antonio Pereira da Mota Júnior, com o mesmo ideal de independência solicitava aos seus ilustres colegas e representantes do povo a sua votação por unanimidade para a libertação política da Vila de Cabeças juntamente com Geolandia, que levará o nome do grande ilustre baiano Otávio Mangabeira. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Manoel Machado Pedreira, declarando ao plenário: ele um dos batalhadores para elevar pelos méritos o distrito de Cabeças a município junto com Geolandia confirmando a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado. (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, pp. 189-191)

O autor do projeto na Assembleia Legislativa foi o deputado Heraldo Guerra, que tinha seu reduto eleitoral no Recôncavo, principalmente na cidade de Cruz das Almas e visava com a emancipação da Vila de Cabeças aumentar seus votos nesta região. Mas o projeto original contou com um impasse, pois o território que formaria o novo município incluiria o distrito de Geolandia, mas a população daquele local, liderada pelo fazendeiro Aurino Machado, que através de uma manobra política, não aceitou a união com Cabeças, preferiu continuar com a “velha mãe Muritiba”, desejo expresso no abaixo-assinado com 495 assinaturas, enviado a Câmara de Muritiba em 15 de agosto de 1961:

(...) vimos mui respeitosamente protestar contra a inclusão do nosso Distrito como parte integrante do novo município, em que pese à honra do insigne nome escolhido. Reconhecemos à justa e natural pretensão do povo de Cabeças. Não criamos obstáculos às aspirações do nosso progressista irmão distrital na luta pela vitória de sua almejada autonomia. Contudo o povo de Geolandia pela unanimidade de seus habitantes e eleitores, prefere a sua continuação como parcela do município de Muritiba. Dela nasceu, com ela morrerá. Esta é a nossa vontade... (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, pp. 188-189)

O pedido do povo de Geolandia na esfera municipal não foi atendido, pois o resultado dos votos dos vereadores expressou: Cabeças passa para município 8, permanência do Distrito

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

de Geolandia ao município de Muritiba 2, para Cabeças 6. Mas, na Assembleia Legislativa, por influências de políticos de Muritiba, como o Dr. Durval Pereira Fraga, o projeto foi aprovado sem a inclusão do Distrito de Geolandia. Buscou-se uma alternativa política que agradasse os dois lados: a Vila de Cabeças transformou-se em cidade com um território que manteve Geolandia com sua “velha mãe Muritiba”. Sendo assim, através da lei N.º 1.639 de 14 de março de 1962, a Vila de Cabeças passou a se chamar Município de Governador Mangabeira, conforme a relatoria da deputada Ana de Oliveira:

O Governador do Estado da Bahia faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei: Artigo 1.º - Fica criado o município de Governador Mangabeira, desmembrado do de Muritiba, com os seguintes limites: com o Município de Conceição da Feira: começa na foz do riacho dos Brejos no rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até o riacho do saco. Com o município de Cachoeira: começa na foz do riacho do Saco no rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até a foz do rio das Léguas. Com o Município de Muritiba: começa no rio Paraguaçu na foz do rio das Léguas, sobe por este até sua nascente: daí em reta a nascente do riacho do Cabocó; daí em reta ao Centro da Lagoa dos Palames; daí em reta ao centro da Lagoa da Taparoroca; daí em reta ao centro da Lagoa do Jacarezinho; daí em reta ao centro da Lagoa do Carpina; e finalmente em reta a foz do riacho dos Brejos no rio Paraguaçu. (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 15/03/1962)

Depois de acertado os elementos burocráticos para a emancipação, a grande discussão centrou-se no nome para a nova cidade, pois a denominação de Cabeças não era bem vista por aqueles que lideravam o movimento da emancipação, devido a sua conotação trágica, era fundamental escolher um nome que estivesse inserido em uma visão de “processo civilizador”.

Quatro nomes foram sugeridos: Três Palmeiras – como forma de homenagear as palmeiras imperiais que existiam em frente à Igreja Matriz, Betânia – em função da cidade bíblica localizada na Judéia, influência de alguns religiosos que participaram do movimento da emancipação; Altinópolis – em homenagem a João Altino da Fonseca e Governador Mangabeira – homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira. Os dois primeiros nomes não tiveram muita aceitação, o debate se concentrou entre Altinópolis e Governador Mangabeira, com forte preferência para este último, através da sugestão do representante comercial Enoque Nunes Fonseca, como cita Agnaldo Viana Pereira em seu depoimento:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

O senhor Enoque, filho daqui da terra, era viajante – vendedor de mercadorias. Chegou à loja de Antonio Martins para ele escolher os panos para comprar, e ali era ponto de encontro para as grandes conversas. Então ele disse: eu soube que vocês tão querendo passar isso aqui a cidade? Que nome vocês vão dar a isso aqui? Eu respondi: tem gente que quer que chame Betânia, outros três Palmeiras, outras João Altino. Agora sabe o nome que vocês devem dar aqui? Otávio Mangabeira, para prestar uma homenagem ao maior homem deste Estado, que morreu no ano passado. (PEREIRA, Agnaldo Viana, 2003)

Mesmo com o forte prestígio que possuía João Altino, a ideia da nova cidade ser homenageada com seu nome, não ganhou espaço perante a opinião pública e foi facilmente vencida pela proposta de Governador Mangabeira, pois era um nome que tinha um sentido de “civilização”, bem como, sonhava-se que com essa denominação a nova cidade ganharia prestígio a nível estadual, uma vez que Otávio Mangabeira foi político renomado no cenário nacional.

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador em 27 de agosto de 1886, casou-se com Éster Pinho, com quem teve dois filhos: Otávio Mangabeira Filho e Edila Mangabeira Unger. Em 1908 foi eleito Vereador da cidade de Salvador e até a sua morte em 29 de novembro de 1960, conseguiu exercer os cargos de Deputado Federal (7 vezes), Ministro das Relações Exteriores do governo de Washington Luís, governador do Estado da Bahia e Senador. Experimentou o exílio duas vezes: durante a Revolução de 1930 e no Estado Novo, pois era forte opositor de Getúlio Vargas, chegando a ser líder da UDN (União Democrática Nacional), partido que se configurou como maior oposição ao governo getulista.

Em 1947 o engenheiro Otávio Mangabeira, foi eleito governador da Bahia com 211.121 votos pela coligação UDN-PSD, contra 92.629 votos do candidato do PTB, Medeiros Netos. Durante a campanha teve o apoio de diversos partidos, dentre eles o PCB. Em 7 de abril de 1947, Otávio Mangabeira foi empossado como governador da Bahia, muitos acreditavam no surgimento de uma nova era na política da Bahia, notavam em Mangabeira a concretização do Estado democrático, um momento de sepultamento das velhas práticas eleitoreiras e de qualquer forma de ditadura, fato expresso até na imprensa baiana da época:

O espetáculo era surpreendente. A nova geração desconhecida, e a velha cética e descrente, punha em dúvida que ainda pudesse revê-lo (...): um baiano dirigindo os destinos da Bahia, dentro das liberdades legais (...) a onda de entusiasmo, crescente e impetuosa, saudava nele (Mangabeira), a vitória do princípio autonomista (...) por que o autonomismo é isso: é a Bahia decidindo os seus destinos, sob um governo baiano e civil. (JORNAL A TARDE, 11/04/1947)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

Mas, não foi apenas à ideologia política de Otávio Mangabeira, que influenciou os políticos da Vila de Cabeças a escolherem o seu nome para a nova cidade, mas as obras por ele realizadas à frente do governo da Bahia, que na época impressionou os baianos e tiveram repercussão nacional, dentre as mais relevantes pode-se citar: Estádio de Futebol da Fonte Nova, que leva o seu nome até hoje, a Avenida Centenário, Fórum Rui Barbosa, hotel da Bahia, Escola Parque e mais de 258 prédios escolares, inclusive um na Vila de Cabeças, atualmente Colégio Estadual José Bonifácio. Aliás, para alguns estudiosos da história política baiana, foi na educação que o governo de Mangabeira mais se destacou, pois esteve à frente da Secretaria de Educação, o famoso educador Anísio Teixeira, fazendo uma transformação no ensino público da Bahia.

Portanto, a opção pelo nome de Governador Mangabeira, foi bastante inteligente, pois os líderes da emancipação conseguiram unir interesses políticos com a ideia de modernidade, uma vez que o prestígio do ex-governador contagiou os moradores da Vila, uma vez que Mangabeira esteve na Vila de Cabeças em 1946, fazendo campanha nas eleições para Governador do Estado e foi recebido exatamente pelo irmão de João Altino, José Fonseca em sua residência, que hoje é o prédio da Prefeitura Municipal.

Em 7 de outubro de 1962, foram realizadas as primeiras eleições para prefeito e vereador da cidade de Governador Mangabeira. Foi uma disputa acirrada entre os grupos liderados por Agnaldo Viana e Malaquias Ferreira. Essa disputa combinou com as eleições para governo do Estado que consagrou como vitorioso o Prefeito de Jequié, Lomanto Júnior, através da coligação: Partido Liberal (PL), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já no cenário municipal formou-se a Coligação Progressista Popular (CPP), constituída pelos partidos UDN e PTB, tendo como candidato Agnaldo Viana e pelo Partido Social Democrático (PSD) - Malaquias Ferreira. Agnaldo Viana, ganhou em todas as 4 urnas (3 na sede e uma em Quixabeira), com aproximadamente 60% dos votos.

Os resultados da eleição de 7 de outubro no recém criado município de Governador Mangabeira desmembrado de Muritiba, são os seguintes: para prefeito – Agnaldo Viana 456, Malaquias Ferreira 311. Dessa forma, Governador Mangabeira, elegeu o seu primeiro prefeito municipal, o Sr. Agnaldo Viana. (JORNAL O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Nº 1319, p. 02)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

O grupo de Agnaldo, também fez a maioria dos Vereadores. A primeira Câmara foi composta por homens de certo poder aquisitivo: José Gomes Dias (fazendeiro), José Carlos Fonseca (filho de comerciante), Amando Alves da Silva (comerciante), Heraldo Oliveira Cerqueira (comerciante), Renato Dias Mascarenhas (filho de fazendeiro), Carlos Coelho Nascimento (comerciante) e Manoel Machado Pedreira (comerciante). Percebe-se que não foi eleita nenhuma pessoa ligada às massas, legitimando o poder de uma minoria economicamente mais elevada. Este poder econômico, e certa dose de instrução educacional fundamentaram uma forma de relação política entre o povo e os políticos da nova cidade, que proporcionou um poder não simplesmente espontâneo, mas com interesses na manutenção de certa distância entre governantes e governados, confirmando mais uma vez a visão simbólica do poder.

O processo político posterior à primeira eleição, não sofreu alterações significantes. As velhas formas de fazer política continuaram presentes, sem uma efetiva participação popular. No cargo de prefeito, por exemplo, existiu uma repetição de nomes, havendo uma dificuldade do surgimento de novas lideranças, principalmente ligadas às massas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo, para produzir esse artigo não foi algo fácil, muitas dúvidas e angústias existiram, porém acredito que a via da História Regional e Local foi um fator primordial para diminuir as minhas inquietudes, que certamente não foram resolvidas na sua totalidade, mas posso expressar certo grau de satisfação em elaborar esse material vinculado a essa vertente historiográfica que é vasta e diversificada.

A partir desta perspectiva da História Regional, foi inserida a ideia de poder local, ou seja, a história da Vila percebida através das ações de alguns homens de poder, especificamente o coronel João Altino da Fonseca. Além da concepção clássica que existe acerca do fenômeno do coronelismo, enfatizei o poder na ótica das representações e do simbólico, porém a maior preocupação foi perceber como eram as relações de poder entre dominantes e dominados e ainda quais os instrumentos que homens como João Altino usavam para legitimar o seu poder.

Não posso negar também que encontrei na História Oral uma forte aliada, pois através dela conseguir explicações para questões diversas, principalmente a visão das pessoas acerca

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

de determinado assunto. Posso dizer que foram depoimentos emocionantes, todos com seu grau de importância e possibilitando a construção de uma narrativa histórica em que as reminiscências da memória têm valor primordial para o conhecimento histórico.

Evidente, que o universo histórico desta produção, não pretende ser absoluto, pois como qualquer outro estudo histórico possui falhas e a verdade histórica é eminentemente relativa, permitindo que qualquer obra seja passiva a questionamentos, porém estou convicto da contribuição da mesma para o engrandecimento deste campo historiográfico, compreendendo a sua validade teórica e metodológica para um processo de ensino-aprendizagem libertador.

Sendo assim, A Vila e o Coronel, foi um trabalho pensado para atender determinados pressupostos acadêmicos, mas acima de tudo para criar uma identidade histórica para a cidade de Governador Mangabeira. Espero que esse artigo possa contribuir para as práticas pedagógicas dos colegas professores do nosso município, pois o estudo da História Local permite ao estudante uma melhor compreensão da sociedade em que vive e na qual virá a intervir.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, UNB, 1980.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volumes: I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 1994.

FÁBIO, Paulo. **Espelhos na Penumbra: O Enigma Soteropolitano**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Faculdade de Administração da UFBA, 1996.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. São Paulo, Campus, 1997.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. In: XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Recife, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. 2.^a ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. Série Tudo é História. 8.^a ed. Basiliense, São Paulo, 1992.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9.^a ed. São Paulo, Nova Fronteira, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX. Uma Província do Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos de pesquisa em História Regional e Local**. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ Arcádia, 2002.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. **Otávio Mangabeira, um liberal no seu tempo**. In: Revista Vide Verso, APUB – Salvador, setembro de 1997.

PINTO, L. A. Costa. **Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana**. In: BRANDÃO, Maria (org). **Recôncavo da Bahia – Sociedade em Transição**. Salvador, UFBA, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23.^a ed. São Paulo, Brasiliense. 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios**. São Paulo, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.

SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, fev. 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: uma Atividade Feminina**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

SILVA, Luis Carlos Borges. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças (1930-1962)**. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2004.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador. Correio da Bahia, 2000.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias**. Projeto História (15). Ética e História Oral. São Paulo, Educ. 1997.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 02. Salvador . Itapuã, 1969.

FONTES ORAIS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

18

BARBOSA, Rosália Pereira, funcionária pública aposentada, foi telefonista de João Altino da Fonseca. Entrevista em 06/01/2003, 60 minutos.
60 minutos.

FERREIA, Malaquias de Cerqueira (in memoriam) comerciante aposentado, vereador na época da Vila de Cabeças e candidato a prefeito na primeira eleição de Governador Mangabeira. Entrevista em 03/01/2003, 60 minutos.

FONSECA, Efraim Nunes (in memoriam), presentante comercial aposentado, sobrinho do coronel João Altino da Fonseca e memorialista da Vila de Cabeças. Entrevista em 13/05/00. 60 minutos.

PEREIRA, Agnaldo Viana, funcionário público aposentado, primeiro prefeito da cidade de Governador Mangabeira. Entrevista em 04/01/2003, 70 minutos.

PEREIRA, Sebastião dos Santos, funcionário de armazém de fumo aposentado, foi funcionário de João Altino da Fonseca. Entrevista em 10/01/2003, 70 minutos.

FONTES MANUSCRITAS

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Muritiba, livros: 03 a 05, 1954-1962.

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Governador Mangabeira, livro: 01, 1962.

Carta ao Irmão Efraim – autor: Israel Nunes Fonseca, 2002 – Arquivo Particular do senhor Efraim Fonseca.

Cartório de Registro Civil da cidade de São Félix, livro: 02.

FONTES IMPRESSAS

CASTRO, Anfilofio de. Muritiba – **Sua História. Seus Fados.** Salvador. Tipografia Naval – 1941.

Diário Oficial do Estado da Bahia, 1962 - Arquivo da Câmara de Vereadores de Governador Mangabeira.

FONSECA, Angelita Gesteira. **Primórdios e Progresso da Cidade de Governador Mangabeira**, Gov. Mangabeira, S/E, 2000.

Jornal Correio de São Félix, 1961 - Arquivo Público de São Félix.

Jornal a Defesa, 1929 – Arquivo Público de São Félix.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

19

MOTA JÚNIOR, Antonio Pereira. **Chacina que deu Nome a Localidade de Governador Mangabeira**. Feira de Santana, Folha do Norte, 1962.

Otávio Mangabeira e a Bahia. EGBA, 1986.